

OS 80 ANOS DE CELSO FURTADO: HOMENAGEM AO ORGANIZADOR DA FANTASIA BRASILEIRA¹

*Vladimir Furtado de Brito**

*Não é suficiente que o pensamento tenda para a realidade;
a realidade mesma deve tender para o pensamento.*

KARL MARX

Resumo

O objetivo deste texto é prestar uma homenagem ao consagrado economista brasileiro, Celso Furtado; apresentar algumas de suas principais contribuições, tanto teóricas quanto práticas à economia brasileira e mundial, e destacar aspectos de sua luta contra o subdesenvolvimento e sua procura, até os dias de hoje, por caminhos alternativos que propiciem maior independência nacional e uma sociedade mais equilibrada e homogênea.

* Vladimir Furtado de Brito é professor-titular das Faculdades São Luís e Campo Limpo Paulista (FACCAMP).

1. O autor é grato ao professor Reinaldo Ferreira Santos (USP) e à jornalista Erica Benute (*Istoé/Gente*) pelas discussões sobre o tema, correções e sugestões. Como de costume, a responsabilidade sobre o texto é exclusiva do autor.

Palavras-chave

Desenvolvimento, subdesenvolvimento, países centrais, países periféricos, reforma agrária, estruturalismo, substituição de importações e globalização.

Introdução

Celso Furtado completou 80 anos em 2000 e desde então está sendo homenageado em seminários, discussões, artigos, ensaios em diversas publicações e Universidades no mundo todo. Pode-se afirmar, com a validade permitida às generalizações, que com a publicação do seu livro mais famoso, *Formação Econômica do Brasil*, em 1959, Celso Furtado tornou-se referência bibliográfica indispensável e fundamental para pensar e tentar compreender o Brasil.

De fato, no primeiro volume do *Conversas com Economistas Brasileiros*, dos treze renomados economistas nacionais das mais variadas vertentes, quando questionados sobre qual o livro brasileiro que pode ser considerado como um clássico na literatura econômica mundial, apenas um não elegeu *Formação...* como leitura básica para qualquer estudioso do longo e limitado processo de crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro. Sem nenhuma dúvida, sua obra o coloca como um dos intelectuais de primeira linha no pensamento mundial sobre a questão do subdesenvolvimento, ao lado de Raul Prebisch, Samir Amim, Amartya Sen, Maurice Dobb, Paul Baran, Joan Robinson, Gunnar Myrdal, Ernest Mandel, Michal Kalecki, Oscar Lange, Paul Sweezy, Aníbal Pinto e outros.

Entretanto, a trajetória, não só teórica mas também prática, deste grande pensador brasileiro, não se resume somente a esta publicação. Nascido em 1920 na Paraíba, Celso Furtado pertenceu a uma família que muito freqüentemente teve seus homens ocupados no funcionalismo público. Como a região era muito pobre, pode estar aí sua certeza de que os homens públicos e o próprio Estado podem e devem atuar sempre no sentido de melhorar as condições de vida das populações locais e nacionais. Seu pai, além de funcionário público, era um francmaçon, possuindo uma considerável biblioteca. Então, desde criança, já desenvolve um amor pela leitura, criando, assim, atração pela Literatura e História e por linhas de pensamento originadas do Positivismo, que enfatiza a primazia da razão e do conhecimento científico sobre outras formas de absorção e de transformação da realidade. Talvez isso

explique sua ética pessoal inquestionável, reconhecida até por seus mais ferrenhos adversários. Pode residir aí também a raiz de seu interesse pelas Ciências Humanas que fazem de seus livros não apenas textos econômicos, mas áreas férteis com fortes influências e desdobramentos em estudos sociológicos, políticos, antropológicos, filosóficos e culturais.²

Enfim, Celso Furtado é um dos intelectuais brasileiros que marcam de forma indelével a compreensão da formação e desenvolvimento do Brasil desde seu início colonial até os dias de hoje, além de notabilizar-se como um participante efetivo que foi na luta e formulação de políticas para nosso desenvolvimento industrial. Até os dias de hoje atua, de forma sempre crítica, apresentando propostas alternativas de desenvolvimento e nos alertando sobre os riscos do processo de globalização atual para as nações em desenvolvimento.

Diante de tudo isso, este artigo não tem a pretensão de analisar a obra completa deste grande mestre e pensador da economia brasileira e mundial. Nosso objetivo é apenas pontual, de destacar alguns aspectos de sua vasta contribuição, tanto teórica quanto prática, para a própria formação do Brasil enquanto nação. O artigo estará dividido em três partes. A primeira, apresentará pontos importantes relevados na *Formação Econômica do Brasil*, mais especificamente sobre a colonização e os efeitos da crise de 29 na economia brasileira. A segunda parte será concentrada em sua atuação prática, nas políticas econômicas sugeridas no Plano Trienal. Na última apresentaremos as idéias contidas em sua conferência proferida na USP, em um seminário em junho de 2000, sobre o futuro do Brasil.

1. A formação do Brasil

No seu clássico, *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado se consagra como o primeiro autor nacional a realizar uma profunda análise macroeconômica histórica sistematizada da formação do Brasil. Trata-se de uma novidade, pedagogicamente falando, consolidando uma obra que se tornou extremamente fértil para estudo e pesquisas de futuras gerações de economistas. Até hoje se discute e se pesquisa pontos desse

2. Mais informações bibliográficas podem ser encontradas na *Introdução* de Furtado (1983).

livro. Cabe ressaltar que sua análise macroeconômica não é feita no sentido “vulgar” do termo, ou seja, de interpretação das políticas econômicas que permearam os diversos governos. Seu estudo é o do movimento dos grandes agregados sócioeconômicos e de como o processo interno de acumulação de capital estava extremamente relacionado a um processo pré-existente nas grandes potências econômicas de cada época.

De fato, nesse livro ele deixa claro que o Brasil, em sua fase colonial, já surgiu como produto da expansão do capital mercantilista que estava ocorrendo na Europa do século XVI, em suas principais potências econômicas, a saber, Inglaterra, França, Holanda, Espanha e Portugal. Como o país teria sido “determinado” de fora e não por movimentos internos de acumulação, o conceito de *economia reflexa* já vai se formando até se consagrar e se tornar de domínio público.

Por exemplo, esse conceito de *economia reflexa* pode servir para analisar nossa realidade até os dias de hoje. Pode-se analisar que o fato de nossa industrialização ter sido iniciada substituindo importações, teria levado as elites internas ao fomento de indústrias aqui que suprissem seu próprio consumo de produtos antes importados, formando uma base industrial que persistiria até hoje, quando a população em geral tem acesso mais facilitado a automóveis, telefones celulares, geladeiras, aparelhos de TV e vídeo e outros eletroeletrônicos mas encontra dificuldades em demandar saúde, saneamento básico (água e esgoto), habitação e educação.

Também na etapa colonial pode se encontrar uma das piores heranças econômicas e sociais que o Brasil carrega até hoje: a nossa má distribuição de renda que teria origem na concentração fundiária. De fato, o problema da concentração da propriedade da terra, segundo Celso Furtado, criou uma certa estabilidade estrutural secular que se manteve nas grandes mudanças cíclicas, como do açúcar, a extração de minérios, até o grande ciclo do café, permanecendo sem grandes alterações, inclusive na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

Para confirmar essa hipótese, o autor lança mão de uma brilhante análise do papel da agricultura na economia brasileira nesses períodos, predominantemente exercida em grandes propriedades e voltada para a exportação. O Brasil, desde sua ocupação, já conhece as Capitanias

Hereditárias, que se transformam nas Sesmarias, tornando o latifúndio, a grande propriedade rural, uma marca institucional da economia brasileira. Já no Império, a Lei da Terra, de 1850, praticamente proíbe o acesso à terra aos homens mais pobres sem capital nem escravos, eternizando a grande propriedade.

Mesmo na mudança de colônia para país independente, surge uma grande massa de trabalhadores pobres e se estabelece o poder político e econômico dos grandes proprietários de terra, os únicos com acesso às fontes de financiamento, tanto privadas (internacionais) quanto públicas. Este traço da economia nacional estaria presente até os dias de hoje, resistindo dialeticamente na oferta de mão-de-obra abundante e barata para os processos produtivos mas, ao mesmo tempo, bloqueando o crescimento econômico devido à concentração da renda e das propriedades, tornando o país, ainda com todas as mudanças ocorridas, comandado por uma quase mesma elite econômica.

Como contraponto à nossa organização agrária, o autor apresenta (capítulo 5) a colonização inicial dos EUA, que se formou basicamente em torno de pequenas propriedades voltadas para o mercado interno e que deu origem a uma considerável classe e consciência de pequenos empresários empreendedores, uma pequena burguesia, segundo Mello (1984:53), que vai formar um capitalismo mais acessível, o qual permite a consolidação da própria democracia naquele país.

A análise de Furtado sobre os efeitos da crise de 1929 no Brasil merece referência. Sua interpretação da crise dos anos 30 na industrialização do Brasil e de outros países subdesenvolvidos é magistral e utilizada no mundo inteiro. Antes de expô-la, temos de fazer menção ao economista argentino Raul Prebisch, da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), o primeiro a levantar a questão das dificuldades da industrialização em países periféricos.

A base do pensamento da Cepal se fundamenta no padrão de relações de comércio exterior que estaria dividido entre *países centrais*, os quais teriam suas produções realizadas com uso mais intensivo do fator econômico *capital* (produtos industrializados) e *países periféricos*, que teriam suas exportações dominadas por produtos com uso mais intensivo do *fator trabalho* (em sua maior parte, *commodities*). Dessa forma, o livre comércio mundial beneficiaria principalmente os países centrais, por incentivar suas produções de mercadorias com maior valor agregado e maiores multiplicadores de renda e de emprego. Seguindo

essa linha de raciocínio, a ocorrência de um choque adverso (crises do setor exportador, guerras, crises econômicas internacionais) interrompendo o fluxo internacional de moedas e mercadorias, afetaria o setor externo da economia, aumentando os preços relativos das importações e/ou colocando dificuldades à importação. Em consequência, a demanda interna dos países periféricos, desde que sustentada por políticas econômicas expansionistas, deslocaria-se para as atividades internas substituidoras de importações. Portanto, o processo de industrialização dos países periféricos (sempre substituindo importações) só seria possível durante “choques adversos” e/ou se os Estados entrassem fortemente em políticas de fomento industrial.

Atualmente, a questão da atuação estatal no setor industrial, depois de muitas controvérsias, parece que está resolvida, pelo menos em nível teórico. Se determinada produção for importante e não houver condições e/ou dificuldades de importação, também não havendo interesse e/ou condições da iniciativa privada em realizá-la, os Estados podem muito bem, até com uma maior articulação privada, produzi-la. Após os efeitos iniciais e fortes da *onda neoliberal*, a maioria dos economistas já sabem que, a depender do país, os mercados sozinhos não têm condições de oferecer todas as mercadorias que as populações, principalmente as mais carentes, necessitam. A maneira que este impasse será resolvido é mais um ponto de discussões futuras.

Mesmo assim, cabe ressaltar que a teoria dos choques adversos³, ou sobre a industrialização dos países periféricos, possui duas versões. A primeira, conhecida como *versão extrema*, e que erroneamente se proclama como uma “teoria” de aplicação geral, afirma que a indústria de transformação dos países periféricos sempre reage bem aos choques adversos. Essa versão extrema tem sido muito criticada como uma teoria genérica demais para explicar o desenvolvimento industrial na América Latina, em especial no Brasil. Não apenas houve crescimento industrial durante ciclos de expansão das exportações como os efeitos, principalmente nos investimentos industriais, durante as crises internacionais, são de reduções consideráveis.

A segunda versão, de Celso Furtado, não considera todos os choques adversos como benéficos ao desenvolvimento industrial no Brasil. Sua análise faz uma clara distinção entre esse tipo de desenvolvimento

3. Uma discussão mais aprofundada sobre as teorias da industrialização no Brasil pode ser encontrada em Suzigan (1986).

ocorrido antes e depois da crise do café e da Grande Depressão da década de 30. De fato, se o PIB brasileiro apresenta quedas de -2.1% e de -3.3% em 1930 e 1931, sempre em relação ao ano anterior, nos anos seguintes, de 1932 a 1939, e no mesmo comparativo, o PIB cresce a taxas respectivas de 4.3%, 8.9%, 9.2%, 3%, 12.1%, 4.6%, 4.5% e 2.5%, mostra que a economia brasileira, com as políticas expansionistas de Vargas, reagiu bem à crise. Melhor ainda quando se verifica que o PIB industrial cresceu no acumulado entre 1931 a 1939, cerca de 21%.

Apesar de uma aparente linearidade, a interpretação de Celso Furtado é dialética. Ao mesmo tempo em que o choque externo permite uma ocupação maior da capacidade produtiva instalada interna, também dificulta sua ampliação, pois bloqueia a importação de máquinas e equipamentos em geral. Então, pode-se concluir: as crises do setor externo permitem maior emprego das indústrias aqui instaladas mas, por outro lado, também colocam obstáculos aos investimentos em ampliação e formação de novas fronteiras tecnológicas, ou seja, nunca se recomendou o fechamento do país ao comércio internacional, apenas uma maior seletividade.

Atualmente, a efetivação de políticas industriais passa por dificuldades devido a grandes restrições internas e externas. No caso do Brasil, as variáveis mais importantes desse componente interno são a estrutura tributária e o custo do capital. No plano internacional existem também enormes dificuldades. Não se pode transgredir, pelo menos abertamente, as regras que são parte dos acordos assinados pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). Além disso, o Brasil tem um relacionamento com seus parceiros do Mercosul que implica compromissos. Mas isso não deve ser visto como uma camisa-de-força. É preciso encontrar caminhos, como incentivos e investimentos para as áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e em outras brechas existentes na regulamentação da OMC. Recentemente, o país utilizou uma dessas brechas, chamadas de políticas regionais, para espertamente implementar o regime automotivo no Nordeste. Apesar dos diversos protestos, tanto internos quanto externos, este pólo está se desenvolvendo. Enfim, o caminho é longo e muita coisa ainda pode acontecer.

2. O Plano Trienal

Cabe ressaltar que aqui não pretendemos fazer uma análise profunda do Plano Trienal, seu fracasso e as influências que tiveram na vida/

obra de Celso Furtado. Apenas ressaltaremos partes da estabilização do Plano e citaremos outras medidas contidas com a intenção de marcar que ele não era apenas um “plano de estabilização” e sim um projeto para o Brasil.

Como é de conhecimento geral, o candidato eleito em finais de 1960, Jânio da Silva Quadros, renuncia em agosto de 1961 e cria um sério impasse institucional que desemboca em um parlamentarismo, tendo Tancredo Neves como 1º ministro, que durou de setembro de 1961 até janeiro de 1963.

Em dezembro de 1962 foi apresentado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado sob a coordenação de Celso Furtado, então ministro extraordinário para Assuntos do Desenvolvimento Econômico, como resposta à deterioração das contas externas e à aceleração inflacionária, que estavam se agravando. Então, em janeiro de 1963, depois do presidencialismo ter sido vitorioso em plebiscito, o até então vice-presidente, João Goulart, assume a presidência da República e tenta implementar o Plano.

Segundo Abreu (1986:207), as condições políticas para implantação de um sério programa econômico pareciam garantidas pela *espetacular vitória dos defensores do regime presidencialista no plebiscito de 6 de janeiro de 1963*. Entretanto, a vitória de Goulart *teve mais a ver com um repúdio do eleitorado a um remendo legal votado em circunstâncias extraordinárias do que com qualquer manifestação de especial apoio ao Presidente e ao Plano Trienal*.

Mesmo assim e apesar das muitas inverdades divulgadas na época (uma das mais extremas era a de que o Plano Trienal seria o caminho para o socialismo no Brasil), o plano, cuja coordenação e condução levadas por Celso Furtado, o mais influente e bem-sucedido, internacionalmente, economista brasileiro, na época, e ligado à corrente estruturalista e à matriz de pensamento cepalina, caracterizava-se por um diagnóstico considerado ortodoxo (ou realista) da aceleração inflacionária no Brasil, enfatizando o excesso de demanda (via gasto público) e o descontrole das finanças públicas (herança de JK) como suas causas mais importantes.

O Plano Trienal, após análise das duas referidas causas, prescrevia medidas gradualistas para debelar a inflação, semelhantes a outros planos aplicados na época: correção de alguns preços controlados que estavam defasados, redução do déficit público e controle da expansão do crédito

para o setor privado⁴. Estabelecia-se 25% como meta inflacionária para 1963 (10% em 65) e 7% como meta anual para o PIB. O déficit público, estimado em 50% das despesas programadas do governo, seria reduzido em cerca de 60% por contingenciamentos e realocações de despesas, que iriam privilegiar gastos com o social e, principalmente, com a Reforma Agrária, raiz de nossos problemas estruturais, como já foi exposto.

Além disso, o Plano Trienal continha outras medidas: a criação de um Banco Central mais desvinculado do governo, ou seja, o contrário de como funcionava a SUMOC, para execução da política monetária, bancária e creditícia do país, comandada por um Conselho Monetário Nacional (mais ou menos como funciona hoje em dia); fixação de critérios de crédito que estimulassem o investimento produtivo e combatessem o capital especulativo; prioridades para programas de habitação popular (um pré-projeto de BNH), impedimento aos bancos estrangeiros de operarem no país com depósitos públicos; proibição de importações desnecessárias, além de outras medidas para tentar resolver o passivo social, que estava se agravando.

De qualquer forma, o ano de 1963 é marcado por problemas econômicos e políticos que definitivamente impediram a efetivação do Plano. Logo no início do ano, o índice de preços industriais por atacado subiu 20% em janeiro e 11% em fevereiro, gerando uma certa inquietude social. Também, a falta de apoio de uma base parlamentar sólida e a rotatividade de cargos no primeiro escalão da República (nesses anos foram feitas duas “reformas” ministeriais) cristalizou uma idéia de descontrole e perda de poder político que, entre outras razões, levaram o país ao golpe militar de 1964, interrompendo por longo período o trabalho prático deste pranteado economista.

Hoje, depois de muitas pesquisas realizadas, sabe-se que a intenção do Plano Trienal era sanear as finanças públicas para debelar a inflação e depois investir fortemente em gastos sociais (principalmente na reforma agrária) o que, segundo o próprio Celso Furtado⁵, transformaria o Brasil em um país capitalista muito mais desenvolvido e independente.

4. Ribeiro (1981) comenta que no Plano Trienal estava *tudo dentro do figurino, bastante conservador*, no que diz respeito às políticas bancária e monetária. Furtado (1989:158-163), embora destaque o caráter gradualista do plano, menciona que na sua elaboração *tivera o cuidado de embutir um conjunto de providências estabilizadoras que estavam longe de ferir a sensibilidade ortodoxa dos técnicos do FMI*.

5. Furtado (1989:72).

3. Reflexões sobre a crise brasileira

Este é o título do último texto de Celso Furtado, publicado em dezembro de 2000, na *Revista de Economia Política* e divulgado no I Seminário Internacional sobre Novos Paradigmas de Desenvolvimento, realizado na USP, em junho de 2000, quando recebeu uma medalha de Honra e Mérito da Instituição. É um texto que procura analisar a crise atual que estamos vivendo, com dívidas interna e externa consideráveis, que reduzem em muito os graus de liberdade para formulação de políticas internas independentes e mais voltadas para a *homogeneização social*.

O autor inicia seu raciocínio com vistas a demonstrar que o autoritarismo político, que a partir de 64 teria neutralizado por *duas décadas todas as formas de resistência dos excluídos* (Furtado, 2000:3), agravou o isolamento da esfera política que adquiriu crescente autonomia sob a forma de poder tecnocrático. Dessa forma, as decisões políticas e econômicas estariam cada vez mais distantes das necessidades populares e vinculadas fortemente a padrões de acumulação existentes em países de renda e produtividade muito mais elevadas.

Portanto, a raiz da nossa fragilidade externa estaria em nossos desequilíbrios permanentes no balanço de pagamentos, devido a um padrão de consumo “supérfluo” e mais apropriado a nações mais desenvolvidas. Este padrão de consumo elevado por bens com alta intensidade tecnológica (um traço, segundo o autor, da cultura material de capitalismo mais avançados), diminuiria nossa poupança interna nos tornando dependentes permanentes da poupança externa para financiar investimentos e dos ventos das finanças internacionais.

Entretanto, para Furtado (2000:5):

a crise que agora aflige nosso povo não decorre apenas do amplo processo de reajustamento que se opera na economia mundial nem de “imperativos tecnológicos”. Em grande medida, ela é o resultado de um impasse que se manifestaria necessariamente em nossa sociedade, a qual pretende reproduzir a cultura material do capitalismo mais avançado privando a grande maioria da população dos meios de vida essenciais.

Afirma, dessa forma, que a superação desse impasse e a alteração desse modelo de desenvolvimento para se transformar em um desenvolvimento, não reflexo, mas gerado endogenamente, vai requerer muito tempo, uma criatividade política e um forte ingrediente de vontade

coletiva. Como se pode ver nas palavras do próprio Furtado, *problemas desse grau de complexidade não têm solução única nem ótima* (2000:6), nem será fácil devido aos *imperativos tecnológicos* do processo de globalização. Mesmo assim, em uma proposta inédita do autor, todas as ações e políticas econômicas devem se guiar primordialmente por um índice (que ainda não existe e pode ser objeto de pesquisas futuras) chamado de “rentabilidade social”, pois com a formação de uma consciência e prática de um “projeto de nação” o Brasil sobreviverá como país e poderá se transformar em um lugar mais justo, preservando sua independência política. Então, em suas próprias palavras, *o sonho (fantasia?) de se construir uma sociedade mais justa e capaz de influir no destino da humanidade não se terá desvanecido* (Furtado, 2000:7).

Conclusão

Francisco de Oliveira, emérito professor-titular da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas e Letras (FFCHL) da USP, em um programa da série *Pensadores do Brasil* dedicado especialmente a Celso Furtado, declara que ele é uma espécie de “demiurgo” do Brasil, ou seja, Celso Furtado, com suas análises e livros praticamente “criou” um Brasil que, desde a década de 50, tem sido discutido e recriado por outros estudiosos e pensadores da realidade nacional. E este debate não se trava solitariamente. Celso Furtado nunca recusou a “travar o bom combate”, de discutir e debater, nem que seja através de novos textos, novas análises e outras “criações” sobre a realidade brasileira. De qualquer maneira, a base das discussões já está consolidada.

Outro ponto importante é que, com sua extensa e profunda pesquisa histórica, Celso Furtado retoma uma tradição historiográfica brasileira (que estava e ainda está sendo substituída por modelos matemáticos e econométricos no estudo da Economia); realiza uma fusão entre a teoria econômica e a prática histórica e lança bases do que seria conhecido mais tarde como a *Teoria do Subdesenvolvimento*. Com suas análises macroeconômicas históricas e vivas, ele praticamente consolida uma metodologia de pesquisa e investigações futuras.

Além de tudo isso, Celso Furtado também nos ensinou brilhantemente a pensar o sistema capitalista não como um modelo, mas como tensão dinâmica, e observar que seu processo de desenvolvimento cria regiões subdesenvolvidas que são capitalistas e que não necessariamente

serão levadas a um estágio de maior desenvolvimento, como foi o caso dos EUA.

Enfim, as contribuições deste pensador-mor são imensuráveis e, como foi prevenido desde o início deste trabalho, não é nossa pretensão esgotar o tema, apenas render uma homenagem. Como mensagem final, cabe lembrar que, ao contrário de modelos abstratos de desenvolvimento, Celso Furtado nunca desprezou a luta dos homens e mulheres para construção de uma realidade mais progressista como ingrediente essencial ao desenvolvimento de qualquer país, ou seja, ele não nos torna dispensáveis.

Bibliografia

- ABREU, M. P. (org.) *A ordem do progresso, cem anos de política republicana 1889/1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- BIDRMAN, C., COZAC, L. F. e REGO, J. M., *Conversas com economistas brasileiros*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1985.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Coleção *Os Economistas*.
- _____. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. Reflexões sobre a crise brasileira, in *Revista de Economia Política*, vol. 20, nº 4, outubro-dezembro de 2000. São Paulo: Editora 34.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- OLIVEIRA, F. Depoimento em vídeo na série *Brasil Pensa — Pensadores Brasileiros, Celso Furtado*, TV Cultura, São Paulo, fita VHS-NTSC, RS. nº 58.408.
- RIBEIRO, C., Casemiro Ribeiro (depoimento, 1975-79), FGV/CPDOC, história oral (reproduzido em xerox), Rio de Janeiro, 1981.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira, origens e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.